STJ00104541

Fabrício Castagna Lunardi

Curso de Direito Processual Civil

2ª edição
2017

saraiva jur

Série idp
INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO
Linha

STJ00104541

ISBN 978-85-472-1576-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lunardi, Fabrício Castagna

Curso de Direito Processual Civil / Fabrício Castagna Lunardi. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. (Série IDP : Linha doutrina)

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título II. Série.

16.1512 CDU 347.9 (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9 (81)
2. Processo civil : Direito civil 347.9 (81)

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thaís de Camargo Rodrigues

Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Muiraquitã Editoração Gráfica

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Bartira

Data de fechamento da edição: 1º-3-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602797 CAE 616521

10[illegible]6

STJ00104541

SUMÁRIO

Sobre o autor 5

Agradecimentos 9

Lista de Abreviaturas 11

Nota do Autor à 2ª edição 53

Apresentação 55

PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO. 57

CAPÍTULO I NOÇÕES GERAIS, CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E PRINCÍPIOS 59

1. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 59
   - 1.1. Conceituação 59
   - 1.2. O processo civil, o constitucionalismo e as teorias de direito contemporâneas com foco na decisão judicial 60
   - 1.3. Há um neoprocessualismo no Brasil? 62
   - 1.4. A necessidade de uma nova teoria crítica do processo civil 63
   - 1.5. Processo civil contemporâneo: legitimação pelo procedimento e pela participação 64
   - 1.6. O processo civil e as decisões judiciais: a legitimação democrática pelo controle discursivo 66
   - 1.7. A análise econômica do processo civil: breves considerações 68
2. TENDÊNCIAS DO PROCESSO CIVIL 70
3. A ANÁLISE DO PROCESSO CIVIL A PARTIR DAS REGRAS E DOS PRINCÍPIOS: DIREITO E LINGUAGEM 71
4. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL 72
   - 4.1. Princípio do devido processo legal 74
   - 4.2. Princípio do acesso à justiça 75
   - 4.3. Princípio da isonomia 77
   - 4.4. Princípio da motivação das decisões judiciais 79

4.5. Princípio da publicidade 80
4.6. Princípio do contraditório 82
4.7. Princípio da cooperação 84
4.8. Princípio da boa-fé processual 86
4.8.1. Princípio da proteção da confiança 87
4.9. Princípio da ampla defesa 88
4.10. Princípio do juiz natural 88
4.11. Princípio da adequação e princípio da adaptabilidade do procedimento 89
4.12. Princípio da inércia da jurisdição e princípio do impulso oficial 90
4.13. Princípio da tempestividade da tutela jurisdicional, da duração razoável do processo ou da celeridade 91
4.14. Princípio da efetividade 91
4.15. Princípio da economia processual ou da eficiência 92
4.16. Princípio da primazia da decisão de mérito 93
4.17. Princípio da instrumentalidade 95
4.18. Princípio do duplo grau de jurisdição 95
4.19. Princípio da proporcionalidade 96
4.20. Regra da impossibilidade de o juiz decidir com base em fundamento sobre o qual as partes não puderam se manifestar 97
4.21. Regra do julgamento conforme a ordem cronológica de conclusão 100

CAPÍTULO II APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS E DIREITO ESTRANGEIRO 105

1. A APLICABILIDADE DAS NORMAS PROCESSUAIS BRASILEIRAS E O DIREITO ESTRANGEIRO 105
2. A PROVA PRODUZIDA NO BRASIL PARA INSTRUIR PROCESSO ESTRANGEIRO 105

CAPÍTULO III DIREITO INTERTEMPORAL: VIGÊNCIA, APLICABILIDADE, EFICÁCIA E ULTRATIVIDADE DA LEI PROCESSUAL 107

1. AS NORMAS PROCESSUAIS E O DIREITO INTERTEMPORAL 107
2. O NOVO CPC E OS PROCEDIMENTOS DE LEI ESPECIAL 107
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTO SUMÁRIO DO CPC/1973 . 111
4. DAS REMISSÕES POR LEI ESPECIAL AO RITO SUMÁRIO, EXTINTO PELO NOVO CPC 111
5. DAS REMISSÕES FEITAS POR OUTRAS LEIS A DISPOSIÇÕES DO CPC/1973 .. 112
6. DO DIREITO PROBATÓRIO 112
7. FASE RECURSAL 112

CAPÍTULO IV JURISDIÇÃO 114

1. CONCEITUAÇÃO E NOÇÕES GERAIS 114
2. CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO 115
3. ESCOPOS DA JURISDIÇÃO 116
4. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO 116
5. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E JURISDIÇÃO CONTENCIOSA 117

CAPÍTULO V EQUIVALENTES JURISDICIONAIS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO (NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO) E HETEROCOMPOSIÇÃO (ARBITRAGEM) 119

1. DEFINIÇÃO 119
2. AUTOTUTELA 120
3. ARBITRAGEM 120
   3.1. Arbitragem interna 121
   3.2. Arbitragem internacional 122
4. AUTOCOMPOSIÇÃO: NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO 123
5. CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: CONCEITUAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS 124
   5.1. A conciliação e a mediação como mecanismos prioritários de resolução de conflitos 126
   5.2. Princípios da mediação e da conciliação 126
   5.3. Os centros judiciários de solução de conflitos e câmaras privadas de conciliação e mediação: composição, formação e atribuições 129
   5.4. Câmaras administrativas de mediação e conciliação 131
   5.5. Objeto da mediação e da conciliação 132
   5.6. Termo de mediação 133

CAPÍTULO VI COMPETÊNCIA 134

1. CONCEITO E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS 134
2. PERCURSO LÓGICO PARA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA 135
3. CRITÉRIOS DE COMPETÊNCIA 135
   3.1. Competência interna / competência internacional 135
      3.1.1. Competência concorrente da Justiça brasileira 135
      3.1.2. Competência exclusiva da Justiça brasileira 137
      3.1.3. Inexistência de litispendência entre demandas que tramitam no Brasil e em Estado estrangeiro: conflito de jurisdições, forum shopping e forum non conveniens 137
      3.1.4. Cláusula de eleição de foro em contrato internacional 138
   3.2. Competência interna 138
      3.2.1. Competência material 139
      3.2.2. Competência em razão da pessoa 139

3.2.3. Competência em razão do valor 139
3.2.4. Competência funcional 139
3.2.5. Competência territorial 140
3.2.5.1. Competência territorial estabelecida para situações específicas 142
4. *FORUM SHOPPING* E *FORUM NON CONVENIENS* 143
5. *PERPETUATIO JURISDICIONIS* 144
6. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA 144
6.1. Noções gerais 144
7. CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA 145
7.1. Incompetência relativa 145
7.2. Incompetência absoluta 146
7.3. Quadro sinóptico das diferenças entre incompetência absoluta e relativa 147
7.4. Procedimento para o reconhecimento da incompetência e efeitos da decisão: a regra da *Kompetenzkompetenz* 148
8. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA 149
8.1. Noções gerais 149
8.2. Conexão 149
8.3. Continência 150
8.4. Consequências da conexão e da continência 151
8.5. Modificação de competência por risco de decisões conflitantes 152
8.6. Foro de eleição 153
8.7. Prorrogação da competência 154
8.8. Alteração de competência por criação de nova vara 154
9. CONFLITO DE COMPETÊNCIA 155
9.1. Noções gerais, espécies e legitimidade 155
9.2. Legitimidade 155
9.3. Competência para julgar o conflito 155
9.4. Procedimento do conflito de competência 157
10. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM MATÉRIA CÍVEL 159
10.1. Aspectos gerais 159
10.2. Hipóteses de competência da Justiça Federal 159
10.3. Competência da Justiça Estadual por delegação da Justiça Federal 163
10.4. Consequência da intervenção de ente federal no processo 165
11. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO APÓS A EC 45/2004: QUESTÕES POLÊMICAS E LIMITES TÊNUES COM A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL 165

CAPÍTULO VII COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E NACIONAL 167

1. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL 167
   1.1. Noções gerais, definição e princípios 167
   1.2. Classificação 168
   1.3. Objeto da cooperação internacional 169
   1.4. Autoridade central brasileira 169
   1.5. Acordos internacionais de cooperação jurídica 170
   1.6. Procedimento da cooperação jurídica internacional 172
      1.6.1. Pedido de cooperação jurídica internacional baseado em tratado 173
      1.6.2. Pedido de cooperação jurídica internacional com base em reciprocidade (sem base em tratado) 173
   1.7. Cooperação jurídica internacional direta e indireta: auxílio direto, carta rogatória e ação de homologação de decisão definitiva estrangeira 174
   1.8. Auxílio direto: cooperação jurídica internacional direta 174
   1.9. Homologação de sentença estrangeira e concessão de *exequatur* à carta rogatória: cooperação jurídica internacional indireta 175
      1.9.1. Homologação de decisão definitiva 176
      1.9.2. Concessão de *exequatur* à carta rogatória para decisões interlocutórias 177
      1.9.3. Competência para cumprimento da decisão estrangeira (definitiva ou provisória) após homologação ou concessão do exequatur 178
2. COOPERAÇÃO NACIONAL 178

CAPÍTULO VIII AÇÃO 181

1. TEORIAS DA AÇÃO 181
   1.1. Teoria Civilista (ou Teoria Imanentista) 181
   1.2. Teoria Concreta 181
   1.3. Teoria do Direito Potestativo de Agir 182
   1.4. Teoria Abstrata da Ação 182
   1.5. Teoria Eclética da Ação 183
2. AS CONDIÇÕES DA AÇÃO 183
   2.1. Novo CPC: as condições da ação e a possibilidade jurídica do pedido continuam presentes no sistema processual civil brasileiro? 183
   2.2. Legitimidade das partes 187
      2.2.1. Questões sumuladas sobre legitimidade das partes 188
   2.3. Interesse em agir (ou interesse processual) 188
3. CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO 189
4. TEORIA DA ASSERÇÃO (OU *PROSPETTAZIONE*) 189
5. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES SEGUNDO A TEORIA QUINÁRIA DE PONTES DE MIRANDA 190

5.1. Ação declaratória 190
5.2. Ação constitutiva 191
5.3. Ação condenatória 191
5.4. Ação mandamental 191
5.5. Ação executiva 192

CAPÍTULO IX PROCESSO 193

1. TEORIAS DO PROCESSO 193
1.1. Teoria da Relação Processual 193
1.2. Teoria da Situação Jurídica 194
1.3. Teoria da Categoria Jurídica Autônoma 194
1.4. Teoria do Módulo Processual 194
1.5. Teoria da Entidade Complexa 194

CAPÍTULO X PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS 196

1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E O NOVO CPC 196
2. CLASSIFICAÇÃO 196
3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS RELATIVOS AO JUIZ: INVESTIDURA, COMPETÊNCIA E IMPARCIALIDADE 197
3.1. Impedimento 197
3.2. Suspeição 198
3.2.1. Causas de impedimento e suspeição aos membros de tribunais, membros do Ministério Público, auxiliares da justiça e outros sujeitos imparciais do processo 199
4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS RELATIVOS ÀS PARTES 199
5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTERNOS OU INTRÍNSECOS 202
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS OU NEGATIVOS 202
7. QUADRO SINÓPTICO 204

CAPÍTULO XI PARTES 205

1. NOÇÕES GERAIS 205
2. REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA 205
3. CURADOR ESPECIAL 205
3.1. Noções gerais 205
3.2. Hipóteses de nomeação de curador especial 206
4. SUCESSÃO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA 207
4.1. Legitimação extraordinária e substituição processual 207

4.2. Sucessão processual 207
5. AUTORIZAÇÃO 208
6. CAPACIDADE POSTULATÓRIA 209

CAPÍTULO XII DEVERES DAS PARTES E PROCURADORES 212
1. BASE PRINCIPIOLÓGICA E ASPECTOS GERAIS 212
2. DEVERES PROCESSUAIS E MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA *CONTEMPT OF COURT* 213
3. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ 217
4. DEVER DE LINGUAGEM: PROIBIÇÃO DE EXPRESSÕES OFENSIVAS 218

CAPÍTULO XIII LITISCONSÓRCIO 220
1. CONCEITO 220
2. CABIMENTO 220
3. CLASSIFICAÇÃO 221
4. LITISCONSÓRCIO ATIVO, PASSIVO E MISTO 221
5. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E FACULTATIVO 221
5.1. Litisconsórcio necessário 221
5.1.1. Causas da necessariedade do litisconsórcio 223
5.2. Litisconsórcio facultativo e limitação do litisconsórcio multitudinário 224
6. LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO E LITISCONSÓRCIO SIMPLES 226
6.1. Litisconsórcio unitário 226
6.1.1. Relações entre litisconsórcio unitário e necessário 226
6.2. Litisconsórcio simples 227
7. LITISCONSÓRCIO INICIAL E LITISCONSÓRCIO ULTERIOR 227
7.1. Litisconsórcio inicial 227
7.2. Litisconsórcio ulterior 227
8. EFEITOS DO LITISCONSÓRCIO 228
8.1. Prazos 228
8.2. Relações entre os litisconsortes 228

CAPÍTULO XIV INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 230
1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 230
1.1. O ingresso do terceiro no processo e a qualidade de parte 230
1.2. Os embargos de terceiros e a oposição seriam espécies de intervenção de terceiros? 231
1.3. A intervenção do *amicus curiae* e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica são espécies de intervenção de terceiros no Novo CPC? 232

2. PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES EM RAZÃO DO NOVO CPC 232
3. PROCEDIMENTOS EM QUE É CABÍVEL A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .. 233
4. CASOS DE PROIBIÇÃO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO 234
4.1. Nos Juizados Especiais 234
4.2. Nas ações do controle concentrado de constitucionalidade 234
5. CLASSIFICAÇÃO E ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 234
6. ASSISTÊNCIA 235
6.1. Conceito, características e cabimento 235
6.2. Espécies de assistência 236
6.2.1. Assistência litisconsorcial 236
6.2.2. Assistência simples 236
6.3. Regime jurídico 237
6.4. Requisitos e procedimento 237
6.5. Efeito da intervenção 238
7. DENUNCIAÇÃO DA LIDE 238
7.1. Noções gerais 238
7.2. Natureza jurídica 239
7.3. Cabimento 239
7.3.1. Denunciação da lide ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam 240
7.3.2. Denunciação da lide àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo 240
7.4. Momento processual adequado para requerer a denunciação da lide 241
7.5. A situação jurídica gerada pela não denunciação 241
7.6. Prejudicialidade 241
7.7. Posição do denunciado na demanda principal 242
7.8. Incursões do Código de Defesa do Consumidor 244
7.9. Denunciação *per saltum* e denunciação coletiva 244
7.10. Limitação da denunciação sucessiva 245
7.11. Denunciação nas ações de responsabilidade civil do Estado 246
7.12. Hipóteses de inadmissibilidade da denunciação da lide 247
8. CHAMAMENTO AO PROCESSO 247
8.1. Conceito 247
8.2. Hipóteses legais 248
8.3. Pressupostos para o chamamento 248
8.4. Ônus (desvantagens) do não chamamento 249
8.5. Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor 249

8.6. Chamamento ao processo no seguro de responsabilidade legal 250
8.7. Não cabimento no processo de execução 250
8.8. Chamamento ao processo nas obrigações alimentares 250
9. RECURSO DE TERCEIRO 251
9.1. Conceito 251
9.2. Requisitos 252
10. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 252
10.1. A desconsideração direta da personalidade jurídica e a desconsideração inversa 252
10.2. Hipóteses legais e requisitos: teoria maior e teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica 253
10.3. Legitimidade para requerer a desconsideração da personalidade jurídica 256
10.4. Legitimidade passiva: atingidos pela desconsideração da personalidade jurídica 257
10.5. Momento adequado para a desconsideração 258
10.6. Autuação, processamento e decisão 258
10.7. Recurso contra as decisões sobre o incidente 260
11. INTERVENÇÃO DO *AMICUS CURIAE* 261
11.1. Conceito e base teórica 261
11.2. Natureza jurídica 262
11.3. Previsões legais no direito brasileiro 264
11.4. Requisitos 265
11.5. Legitimidade para requerer a intervenção 266
11.6. Quem pode ser *amicus curiae* 266
11.7. Poderes do *amicus curiae* 267
11.8. Decisão que admite ou não o *amicus curiae* – irrecorribilidade 268
11.9. O *amicus curiae* nos tribunais 268
11.10. Não deslocamento de competência pela intervenção 269
12. INTERVENÇÃO ESPECIAL DOS ENTES FEDERADOS 270

CAPÍTULO XV A FUNÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO 271

1. O MAGISTRADO, A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E O ATIVISMO JUDICIAL 271
2. O NOVO PAPEL DO JUIZ E O PROCESSO CIVIL 272
3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MAGISTRADO 274
4. A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E CONTINUADA DOS JUÍZES 275
5. OS PROBLEMAS DO AUMENTO DA ATIVIDADE PROCESSUAL NO NOVO CPC: CUSTOS GLOBAIS, TEMPO DO PROCESSO E A FIGURA DO JUIZ GESTOR 277

CAPÍTULO XVI O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.... 280

1. MISSÃO CONSTITUCIONAL E NORMAS DE REGÊNCIA 280
2. ATUAÇÃO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA 281
3. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS 282
   3.1. Quando atua como fiscal da ordem jurídica 282
   3.2. Prerrogativas do Ministério Público em geral 282
4. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 283
5. QUESTÕES SUMULADAS SOBRE A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL 283

CAPÍTULO XVII ADVOCACIA PÚBLICA..... 285

1. A IMPORTÂNCIA DA ADVOCACIA PÚBLICA E O SEU PAPEL NO CENÁRIO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO 285
2. PROCURADORIAS QUE REPRESENTAM JUDICIALMENTE OS ENTES ESTATAIS 286
   2.1. Advocacia-Geral da União 286
   2.2. Procuradorias Estaduais 287
   2.3. Procuradorias Municipais 287
3. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DO ENTE PÚBLICO 288
   3.1. Prerrogativas de prazo..... 288
   3.2. Prerrogativa de intimação pessoal 288
4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO PÚBLICO 289

CAPÍTULO XVIII DEFENSORIA PÚBLICA 290

1. A IMPORTANTE FUNÇÃO E A DISCIPLINA CONSTITUCIONAL 290
2. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA..... 291
3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DEFENSOR PÚBLICO..... 292

CAPÍTULO XIX GRATUIDADE JUDICIÁRIA..... 293

1. INTRODUÇÃO..... 293
2. REQUISITOS..... 293
3. ABRANGÊNCIA DO BENEFÍCIO 294
   3.1. Concessão total ou parcial da gratuidade judiciária 296
4. MOMENTO E FORMA PARA REQUERER..... 296
   4.1. Gratuidade requerida no recurso 296
5. IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE JUDICIÁRIA 296
6. RECURSOS 297

7. SUCUMBÊNCIA DO BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA: CONDENAÇÃO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE 298
8. IMPORTÂNCIA COMO INSTRUMENTO AO ACESSO À JUSTIÇA *VERSUS* ABUSO NA CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA 298

CAPÍTULO XX FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS 301

1. INTRODUÇÃO 301
2. MODO OU FORMA *STRICTU SENSU* DOS ATOS PROCESSUAIS 301
   2.1. Segredo de Justiça: restrições à publicidade 302
   2.2. Uso do vernáculo 303
   2.3. Proibição de lançamento de cotas marginais e interlineares 304
   2.4. Prática eletrônica de atos processuais 305
3. TEMPO 305
   3.1. Recesso forense, férias coletivas, feriados e tramitação de processos 306
   3.2. A prática de atos processuais durante as férias forenses e feriados 307
4. LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS 308
5. NEGÓCIOS PROCESSUAIS 309
6. CALENDÁRIO PROCESSUAL 315
7. PRAZOS PROCESSUAIS 317
   7.1. Classificações 317
   7.2. Prazos legais, judiciais e convencionais 317
   7.3. Prazos dilatórios e prazos peremptórios 318
   7.4. Prazos próprios e impróprios 318
   7.5. Início do prazo 318
   7.6. Contagem dos prazos processuais 320
   7.7. Prazo mínimo de antecedência para comparecimento ao processo 321
   7.8. Prazo para os litisconsortes e prerrogativas de prazo do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Fazenda Pública 321
      7.8.1. Litisconsortes 321
      7.8.2. Ministério Público 322
      7.8.3. Defensoria Pública 322
      7.8.4. Fazenda Pública 322
   7.9. Prazo processual e uso do fax 323
   7.10. Férias forenses, recesso forense, feriados e suspensão dos prazos 323
   7.11. Prazos e a Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006) 324
8. PRECLUSÃO 324

CAPÍTULO XXI COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS 326

1. CITAÇÃO 326

1.1. Conceito 326
1.2. Local onde deverá ser feita a citação 327
1.3. Casos em que, temporariamente, não se pode fazer a citação 327
1.4. Classificação da citação 327
1.5. Citação postal 327
1.6. Citação por oficial de justiça 328
1.7. Citação por termo nos autos 328
1.8. Citação por meio eletrônico 329
1.9. Citação por hora certa 329
1.10. Citação por edital 330
2. INTIMAÇÃO 331
3. COMUNICAÇÃO/COOPERAÇÃO JURÍDICA ENTRE OS JUÍZOS 331
3.1. Carta de ordem, carta rogatória e carta precatória 331
3.2. Caráter itinerante 332
3.3. Prática de atos processuais por videoconferência 332

CAPÍTULO XXII VÍCIOS E INVALIDADES PROCESSUAIS 334
1. PRINCÍPIOS 334
1.1. Princípio da instrumentalidade 334
1.2. Princípio da finalidade 334
1.3. Princípio do prejuízo 334
1.4. Princípio do interesse 335
1.5. Princípio da causalidade 335
1.6. Princípio do aproveitamento 335
2. CLASSIFICAÇÃO DOS VÍCIOS PROCESSUAIS 336
2.1. Inexistência do ato processual 336
2.2. Invalidade do ato processual 336
2.3. Ineficácia do ato processual 337
2.4. Mera irregularidade 337
3. CONVALIDAÇÃO DO ATO PROCESSUAL 337
4. OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE INVALIDADES PROCESSUAIS 338

PARTE II TUTELAS PROVISÓRIAS: TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA 339

CAPÍTULO I TUTELAS DEFINITIVA E PROVISÓRIA 341
1. TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA: DEFINIÇÃO E DIFERENCIAÇÃO 341
2. TUTELAS PROVISÓRIAS: CARACTERÍSTICAS 341
2.1. Sumariedade da cognição 341
2.2. Não definitividade 342

2.3. Temporariedade 343
2.4. Precariedade 343
2.5 Referibilidade 343

CAPÍTULO II TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA: ASPECTOS COMUNS 344

1. PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO NOVO CPC E NOVA CLASSIFICAÇÃO 344
2. COMPETÊNCIA PARA AS TUTELAS PROVISÓRIAS 345

CAPÍTULO III TUTELAS DE URGÊNCIA 347

1. TUTELAS DE URGÊNCIA – OBJETO, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES 347
   1.1. Tutela antecipada e tutela cautelar: semelhanças e diferenças 347
   1.2. Quadro sinóptico das semelhanças e diferenças 348
   1.3. Distinção entre medida requerida liminarmente, medida liminar de procedimento especial, tutela cautelar e tutela antecipada 349
2. MEDIDAS CAUTELARES 351
   2.1. Características específicas da tutela cautelar e Novo CPC 351
   2.2. O poder geral de cautela e a inominação das cautelares 352
   2.3. Diferenças entre arresto, sequestro e busca e apreensão 354
3. TUTELA ANTECIPADA: EFEITOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS 354
4. TUTELAS DE URGÊNCIA CONCEDIDAS LIMINARMENTE E O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO 355
5. REQUISITOS PARA AS TUTELAS DE URGÊNCIA 356
   5.1. Probabilidade do direito 356
   5.2. Perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo 357
   5.3. Possibilidade de exigência de caução para concessão das tutelas de urgência . 357
   5.4. A questão da irreversibilidade dos efeitos na tutela antecipada 358
6. DA FORMA DE REQUERER INCIDENTALMENTE A TUTELA ANTECIPADA E A TUTELA CAUTELAR 359
7. PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA PREPARATÓRIA (COMO TUTELA DE URGÊNCIA) 360
   7.1. Requisitos da petição inicial 360
   7.2. Emenda à petição inicial 361
   7.3. Procedimento conforme a concessão ou não da tutela antecipada preparatória 361
      7.3.1. Processamento no caso de indeferimento da tutela antecipada preparatória 361
      7.3.2. Processamento no caso de concessão da tutela antecipada preparatória 363
   7.4. Consequências da não interposição de recurso: estabilidade 363
   7.5. Fluxograma 367
8. PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA 368
   8.1. Requisitos da petição inicial 368

8.2. Processamento 369
8.3. Demanda principal e novo procedimento no mesmo processo 370
8.4. Eficácia da tutela cautelar preparatória 371
8.5. Decisão de mérito sobre a medida cautelar 372
8.6. Processamento e julgamento conjunto da tutela cautelar e da ação principal . 373
9. SÃO CABÍVEIS MEDIDAS LIMINARES PREPARATÓRIAS? 374
10. PROCEDIMENTO NO CASO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDA 375

CAPÍTULO IV TUTELAS DA EVIDÊNCIA 376

1. ESPÉCIES DAS TUTELAS DE EVIDÊNCIA 376
1.1. Requisito comum às tutelas da evidência: plausibilidade do direito 376
1.2. Tutela da evidência punitiva (art. 311, inc. I, Novo CPC) 377
1.3. Tutela da evidência fundada em precedente obrigatório (art. 311, inc. II, Novo CPC) 378
1.4. Tutela da evidência fundada em contrato de depósito (art. 311, inc. III, Novo CPC) 379
1.5. Tutela da evidência fundada em prova documental indubitável (art. 311, inc. IV, Novo CPC) 380
2. A QUESTÃO DO PEDIDO INCONTROVERSO 381

CAPÍTULO V TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA: QUESTÕES COMUNS 382

1. LEGITIMIDADE PARA REQUERER AS TUTELAS PROVISÓRIAS 382
2. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ 384
3. FUNGIBILIDADE ENTRE TUTELA ANTECIPADA E CAUTELAR 385
4. PROCEDIMENTOS EM QUE AS TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA SÃO CABÍVEIS 386
5. MOMENTO DA CONCESSÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS 387
5.1. Tutela de urgência 387
5.2. Tutelas da evidência 388
6. TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 388
7. RECURSO CABÍVEL CONTRA DECISÃO QUE DECIDE AS TUTELAS PROVISÓRIAS 389
8. EFETIVAÇÃO E EFICÁCIA DAS TUTELAS PROVISÓRIAS 391
9. RESPONSABILIDADE CIVIL DO AUTOR DA CAUTELAR PELOS DANOS CAUSADOS PELA TUTELA PROVISÓRIA 392

PARTE III FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO 395

CAPÍTULO I FORMAÇÃO DO PROCESSO 397

1. ASPECTOS GERAIS 397

2. MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO 398

CAPÍTULO II SUSPENSÃO DO PROCESSO 399

1. INTRODUÇÃO: CONCEITO, EFEITOS E CLASSIFICAÇÃO 399
2. HIPÓTESES DE SUSPENSÃO 400

CAPÍTULO III EXTINÇÃO DO PROCESSO 404

1. NOVA POSIÇÃO TOPOGRÁFICA 404
2. A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR "SENTENÇA" 404
3. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE ANTES DA EXTINÇÃO 405

PARTE IV TUTELA DE CONHECIMENTO 407

CAPÍTULO I PROCEDIMENTO COMUM 409

1. NOÇÕES GERAIS E CABIMENTO 410

CAPÍTULO II PETIÇÃO INICIAL 411

1. NOÇÕES GERAIS E CONCEITO 411
2. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL 411
3. EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL 413
4. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL 414
   - 4.1. Causa 414
   - 4.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial 415
   - 4.3. Inépcia da petição inicial 415
   - 4.4. Recurso cabível 415
5. A DEMANDA: PARTES, CAUSA DE PEDIR E PEDIDO 416
6. CAUSA DE PEDIR 416
7. PEDIDO 417
   - 7.1. Conceito e classificação 417
   - 7.2. Princípio da congruência: incidência e mitigação 418
   - 7.3. Requisitos do pedido 419
   - 7.4. Pedido genérico 419
8. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS 420
   - 8.1. Cumulação própria e cumulação imprópria 420
     - 8.1.1. Cumulação própria 420
     - 8.1.2. Cumulação imprópria 420
   - 8.2. Pedido alternativo 422
   - 8.3. Cumulação inicial e ulterior 422
   - 8.4. Requisitos da cumulação 422

9. PEDIDO IMPLÍCITO 423
10. VALOR DA CAUSA 424
11. GRATUIDADE JUDICIÁRIA 426

CAPÍTULO III DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO 427

CAPÍTULO IV ESTABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA DA DEMANDA 430
1. INTRODUÇÃO 430
2. ESTABILIDADE OBJETIVA DA DEMANDA: LIMITES AO ADITAMENTO E À ALTERAÇÃO DO PEDIDO 430
3. ESTABILIDADE SUBJETIVA DA DEMANDA 431

CAPÍTULO V JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA 433
1. INTRODUÇÃO 433
2. REQUISITOS 433
3. HIPÓTESES LEGAIS 434
4. HIPÓTESE ATÍPICA DE JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA: IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO 435
5. RECURSO 436
   5.1. Sobre a aplicabilidade da Teoria da Causa Madura 437

CAPÍTULO VI AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO 439
1. NOÇÕES GERAIS 439
2. HIPÓTESES DE NÃO DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA 439
3. SOBRE A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO: ATOS PROCESSUAIS PRÉVIOS, FORMA, CONTEÚDO E HOMOLOGAÇÃO 441

CAPÍTULO VII RESPOSTAS DO RÉU: TEORIA DAS EXCEÇÕES, CONTESTAÇÃO, REVELIA E RECONVENÇÃO 444
1. TEORIA DAS EXCEÇÕES 444
   1.1. Acepções do termo "exceção" 444
   1.2. A garantia constitucional do direito de defesa 444
   1.3. Conteúdo da defesa e classificações 445
2. RESPOSTA E OUTRAS ATITUDES DO RÉU 447
3. CONTESTAÇÃO 447
   3.1. Introdução 447
   3.2. Prazo para contestação 448
      3.2.1. Contagem do prazo: regras gerais 448
      3.2.2. Contagem de prazo para o caso de litisconsórcio passivo 449

3.2.3. Prerrogativas de prazo para contestação 450
3.2.3.1. Litisconsórcio 450
3.2.4. Fazenda Pública, Defensoria Pública e Ministério Público 450
3.2.5. Divergência entre a data da juntada do mandado e a informação no sistema informatizado sobre autos físicos 451
3.3. Princípio da eventualidade ou da concentração, ônus da impugnação especificada dos fatos e contestação por negativa geral 451
3.4. Preliminares de contestação 452
3.4.1. Inexistência ou nulidade da citação (inc. I) 452
3.4.2. Incompetência absoluta e relativa (inc. II) 453
3.4.2.1. Aspectos gerais 453
3.4.2.2. Cláusula de eleição de foro 453
3.4.2.3. Processamento em razão da alegação de incompetência 454
3.4.3. Impugnação ao valor da causa (inc. III) 455
3.4.4. Inépcia da petição inicial (inc. IV) 456
3.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada (incs. V, VI e VII) 456
3.4.6. Conexão (inc. VIII) e continência 456
3.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (inc. IX) 457
3.4.8. Convenção de arbitragem (inc. X) 457
3.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual (inc. XI) 457
3.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (inc. XII) 457
3.4.11. Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (inc. XIII) 457
3.5. Correção de vício de ilegitimidade passiva: indicação daquele que deve figurar no polo passivo 458
3.6. Intervenção de terceiro provocada pelo réu 459
3.7. Apresentação de documentos e requerimento de provas 459
3.8. Alegação de falsidade documental 460
3.9. Contestação e interesse no julgamento do mérito da demanda 460
4. RECONVENÇÃO 461
4.1. Conceito, forma e prazo 461
4.2. Requisitos 461
4.3. Procedimento 462
4.4. Reconvenção e honorários advocatícios 463
4.5. Recursos 463
4.6. Juizados Especiais 464
4.7. Reconvenção e ações de procedimento especial 464

5. REVELIA E EFEITOS 466
5.1. Definição 466
5.2. Efeitos da revelia 466
5.3. Outras questões relativas à revelia e aos seus efeitos 467
5.4. Contestação apresentada intempestivamente 468
6. EXCEÇÕES DE IMPEDIMENTO E DE SUSPEIÇÃO 469
6.1. O impedimento e a suspeição 469
6.2. Exceção de impedimento e de suspeição: forma, prazo e características gerais 469
6.3. Processamento da exceção de suspeição ou impedimento 471
6.4. Suspensão do processo e dos demais prazos 472
6.5. Julgamento da exceção de impedimento ou suspeição 473
6.6. Impedimento e suspeição aos membros de tribunais, membros do Ministério Público, auxiliares da justiça e outros sujeitos imparciais do processo 474

CAPÍTULO VIII FASE ORDINATÓRIA (DE SANEAMENTO OU DE ORDENAMENTO DO PROCESSO) 475

1. DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES 475
2. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO 476
2.1. Extinção do processo (art. 354, NCPC) 476
2.2. Julgamento antecipado total ou parcial do mérito 477
3. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO 478

CAPÍTULO IX AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 480

1. DEFINIÇÃO, FORMA, NATUREZA JURÍDICA, OBJETO E CARACTERÍSTICAS. 480
2. ORDEM DA AUDIÊNCIA 480
3. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DAS TESTEMUNHAS, DAS PARTES OU DOS ADVOGADOS 481
4. DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA 482

CAPÍTULO X DIREITO PROBATÓRIO 483

1. TEORIA GERAL DA PROVA 483
1.1. Conceito, normatização e objeto 483
1.2. Características do fato probando 483
2. FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA 484
3. PROVA DO DIREITO 484
4. DESTINATÁRIOS DA PROVA 484
5. SISTEMAS DE APRECIAÇÃO DAS PROVAS 485
6. PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO PROBATÓRIO 486

6.1. Princípio da liberdade dos meios de prova (ou atipicidade dos meios de prova) 486
6.2. Princípio inquisitivo ... 487
6.3. Princípio da busca da verdade possível ... 487
6.4. Princípio da persuasão racional ... 488
6.5. Princípio da comunhão da prova ou da aquisição processual da prova ... 489
6.6. Princípio da necessidade da prova ... 489
6.7. A extinção do princípio da identidade física do juiz no processo civil ... 490
6.8. Princípio da proibição da prova ilícita ... 490
7. MEIOS DE PROVA ... 492
8. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ ... 492
9. PROCEDIMENTO DA PROVA ... 492
10. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA ... 493
10.1. Introito ... 493
10.2. Hipóteses ... 493
10.3. Procedimento da antecipação de prova ... 494
10.4. Arrolamento de bens (com objetivo de documentação) ... 495
10.5. Justificação ... 495
11. ÔNUS DA PROVA ... 496
11.1. Conceito ... 496
11.2. Teorias ... 496
11.3. Ônus do autor e ônus do réu ... 497
12. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ... 497
12.1. Espécies de inversão do ônus da prova ... 498
12.1.1. Inversão *ope judicis* ... 498
12.1.2. Inversão *ope legis* ... 499
12.1.3. Inversão convencional ... 500
12.2. Inversão do ônus probatório quando a prova é impossível de ser produzida ... 501
12.3. O momento adequado para a inversão do ônus da prova ... 503
12.4. Inversão do ônus da prova na tutela de direitos coletivos ... 507
12.5. Inversão do ônus da prova nas relações de consumo ... 508
12.5.1. Espécies de inversão do ônus da prova nas relações de consumo ... 508
12.5.1.1. Inversão *ope legis* ... 508
12.5.2. Inversão *ope judicis* no Código de Defesa do Consumidor ... 509
12.5.2.1. Inversão do ônus da prova no caso de relações de consumo envolvendo profissionais liberais com responsabilidade subjetiva 512
13. CUSTEIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA ... 514
14. RECUSA DA PARTE A SE SUBMETER À PROVA ... 515
15. CLASSIFICAÇÃO DA PROVA ... 516
16. PROVA DIABÓLICA ... 516

17. PROVA EMPRESTADA 516
18. PROVAS EM ESPÉCIE 517
19. PROVA DOCUMENTAL 517
19.1. Conceito, distinções e características 517
19.2. Exibição de documento ou coisa 518
19.3. Força probante dos documentos 520
19.4. Arguição de falsidade documental 520
20. ATA NOTARIAL 521
21. DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS 523
22. DEPOIMENTO PESSOAL 523
23. PROVA TESTEMUNHAL 524
24. PROVA PERICIAL 528
25. INSPEÇÃO JUDICIAL 529
26. A QUESTÃO DA PROVA QUE DEVE SER MANTIDA EM SIGILO 529

CAPÍTULO XI TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL 531

1. AS DECISÕES JUDICIAIS 531
1.1. A problemática das decisões interlocutórias de mérito 532
2. O NOVO CONCEITO LEGAL DE SENTENÇA E A PROBLEMÁTICA DO RECURSO CABÍVEL 532
3. REQUISITOS DA SENTENÇA 536
3.1. Requisitos facultativos 536
3.1.1. Preâmbulo 536
3.1.2. Ementa 537
3.2. Elementos essenciais da sentença 537
3.2.1. Relatório 538
3.2.2. Fundamentação 538
3.2.2.1. O desenvolvimento argumentativo da fundamentação – as novas exigências do § 1º do art. 489 do Novo CPC 539
3.2.2.2. Princípio ou critério da proporcionalidade (ponderação ou sopesamento): definição e crítica 543
3.2.3. Dispositivo 547
4. HIPÓTESES EM QUE NÃO HAVERÁ RESOLUÇÃO DO MÉRITO 547
4.1. Possibilidade de julgamento de mérito quando essa decisão for favorável à parte a quem aproveitaria o reconhecimento de vício processual 551
5. HIPÓTESES DE RESOLUÇÃO DO MÉRITO 552
6. CAPÍTULOS DE SENTENÇA 555
7. CLASSIFICAÇÕES DA SENTENÇA 556
7.1. Decisão definitiva e decisão terminativa 556

7.2. Sentenças declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva. 557
8. DECISÃO SOBRE OS PEDIDOS 559
9. CONGRUÊNCIA DA SENTENÇA 559
10. FATO SUPERVENIENTE 560
11. EFEITOS DA SENTENÇA 560
12. INALTERABILIDADE DA SENTENÇA PELO JUIZ 561
13. ESPECIFICIDADES DA TUTELA JURISDICIONAL 561
13.1. Tutela jurisdicional diferenciada 561
13.2. Tutela específica e tutela pelo equivalente em dinheiro 561
13.3. Tutela preventiva e tutela repressiva 561
13.4. Tutela inibitória e tutela da remoção do ilícito 562
14. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA 562
14.1. Condenação ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios: sucumbência e causalidade 562
14.2. Despesas processuais 563
14.3. A questão dos honorários advocatícios sucumbenciais – a desnaturalização da questão 564
14.4. Honorários advocatícios: arbitramento, possibilidades e limites 565
14.5. Percentual de honorários, majoração e redução em casos especiais 567
14.6. Análise crítica 568
14.7. Questões peculiares 570

CAPÍTULO XII COISA JULGADA 573

1. CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES 573
2. CLASSIFICAÇÃO: COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL . 574
3. LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA COISA JULGADA 575
3.1. Limites objetivos 575
3.1.1. Regra geral 575
3.1.2. A coisa julgada material da resolução da questão prejudicial 575
3.2. Limites subjetivos da coisa julgada 577
4. EFEITOS DA COISA JULGADA 577
5. MODOS DE PRODUÇÃO DE COISA JULGADA: *PRO ET CONTRA, SECUNDUM EVENTUM LITIS E SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS* 578
6. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA 578
7. COISA JULGADA NAS SENTENÇAS DETERMINATIVAS 580

PARTE V RECURSOS 583

CAPÍTULO I TEORIA GERAL DOS RECURSOS 585

1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E OBJETO 585
2. CLASSIFICAÇÃO 585
2.1. Recursos parciais e totais 585
2.2. Recursos de fundamentação livre e de fundamentação vinculada 586
2.3. Recursos ordinários e extraordinários 586
3. ATOS JUDICIAIS SUJEITOS A RECURSO 586
4. PRINCÍPIOS RECURSAIS 587
4.1. Princípio da taxatividade 587
4.2. Princípio da unirrecorribilidade 588
4.3. Princípio da dialeticidade 588
4.4. Princípio da fungibilidade 588
5. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 588
6. PRESSUPOSTOS RECURSAIS (REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE) 589
6.1. Legitimidade para recorrer 589
6.2. Cabimento 589
6.3. Interesse recursal 589
6.4. Prazo geral e tempestividade 590
6.5. Regularidade formal 591
6.6. Preparo 592
7. DESISTÊNCIA 592
8. RENÚNCIA 593
9. JUÍZO DE MÉRITO DO RECURSO 594
10. PROIBIÇÃO DA *REFORMATIO IN PEJUS* 594
11. EFEITOS DO RECURSO 595
11.1. Efeito devolutivo 595
11.2. Efeito suspensivo 596
11.3. Impedimento do trânsito em julgado 597
11.4. Efeito regressivo ou juízo de retratação 597
11.5. Efeito extensivo ou expansivo subjetivo 598
11.6. Efeito substitutivo 599
12. RECURSO ADESIVO 599

CAPÍTULO II APELAÇÃO 601

1. CABIMENTO, CARACTERÍSTICAS, FORMA, PRAZO, EXTENSÃO E PROFUNDIDADE 601
2. EFEITOS 601
3. PROCEDIMENTO 603
3.1. Processamento da apelação pelo juízo *a quo* 603
3.2. Processamento e julgamento da apelação pelo juízo *ad quem* 603

4. TEORIA DA CAUSA MADURA 604
5. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA DE JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA 605

CAPÍTULO III AGRAVO DE INSTRUMENTO 608
1. CONCEITO, CABIMENTO, PRAZO E ESPÉCIES 608
2. INTERPOSIÇÃO E PROCESSAMENTO 609
3. QUESTÕES COMPLEXAS E POLÊMICAS 613

CAPÍTULO IV DO AGRAVO INTERNO 617

CAPÍTULO V EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 619
1. CONCEITO, PRAZO E CABIMENTO 619
2. EFEITOS (DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO) 620
3. EFEITO MODIFICATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (EFEITOS INFRINGENTES) 621
4. INTERRUPÇÃO DO PRAZO 622
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS 623
6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA PREQUESTIONAMENTO 623
7. COMPLEMENTARIEDADE E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 623

CAPÍTULO VI RECURSO ORDINÁRIO 624
1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS 624
2. COMPETÊNCIA RECURSAL E HIPÓTESES DE CABIMENTO 624
3. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE 626
4. LEGITIMIDADE 626
5. PROCEDIMENTO 627

CAPÍTULO VII RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL 629
1. NOÇÕES GERAIS 629
2. PRAZO 629
3. FORMA DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 630
4. PROCEDIMENTO 630
5. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 631
   5.1. Função constitucional 631
   5.2. Cabimento 631
   5.3. Repercussão geral no recurso extraordinário 632
6. RECURSO ESPECIAL 634
   6.1. Mister constitucional 634
   6.2. Cabimento 634

7. PREQUESTIONAMENTO 636
8. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 637
8.1. Recursos contra decisão que inadmite RE ou REsp 638
8.1.1. Agravo interno para o tribunal de segunda instância 638
8.1.2. Agravo para o STJ ou para o STF 638
9. EFEITO DEVOLUTIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 640
10. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 641
11. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO STJ NO RECURSO ESPECIAL 641
12. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS 641
13. QUESTÕES ESPECIAIS 643

CAPÍTULO VIII EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA 645

PARTE VI TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS, ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL, AÇÕES, INCIDENTES E MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS 649

CAPÍTULO I TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS 651

1. INTRODUÇÃO 651
2. CONCEITUAÇÃO, ESCOPOS E RISCOS DA ADOÇÃO DA TEORIA DOS PRECEDENTES NO BRASIL 653
3. EFEITOS DOS PRECEDENTES NO BRASIL 656
3.1. Classificação e distinção 656
3.2. Os precedentes e o regramento do Novo CPC 657
3.3. Quadro sinóptico dos efeitos dos precedentes 659
4. INTERPRETAÇÃO, TÉCNICAS DE CONFRONTO E DE SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS 660
4.1. *Ratio decidendi* e *obiter dictum* 660
4.2. Técnicas de confronto e de superação dos precedentes judiciais: *distinguishing*, *overruling* e *overriding* 661
4.2.1. *Distinguishing* 662
4.2.2. Técnicas de superação do precedente: *overruling* e *overriding* 663
4.3. O Novo CPC brasileiro e a teoria dos precedentes 663
5. O CARÁTER PERFORMATIVO DO DIREITO, A NECESSIDADE DE AMADURECIMENTO DE DECISÕES E O EXPERIMENTALISMO INSTITUCIONAL: POR UMA ANÁLISE REFLEXIVA DO NOVO SISTEMA DE PRECEDENTES 666

CAPÍTULO II ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL **671**

CAPÍTULO III REEXAME NECESSÁRIO **672**

1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA 672
2. CABIMENTO 672
3. REEXAME NECESSÁRIO E JULGAMENTO 674

CAPÍTULO IV TÉCNICA DE JULGAMENTO CONTRA ACÓRDÃO NÃO UNÂNIME DA APELAÇÃO, DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E DA AÇÃO RESCISÓRIA **675**

1. NOÇÕES GERAIS 675
2. HIPÓTESES DE CABIMENTO 676
3. PRAZOS PARA OS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 677

CAPÍTULO V DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA **679**

1. DEFINIÇÃO E ADMISSIBILIDADE 679
2. PROCEDIMENTO 680
3. FORÇA VINCULANTE E DEMAIS EFEITOS 680

CAPÍTULO VI DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE **682**

1. DEFINIÇÃO, OBJETO E COMPETÊNCIA 682
2. PROCEDIMENTO E VINCULAÇÃO 684

CAPÍTULO VII DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA **686**

CAPÍTULO VIII DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO *EXEQUATUR* À CARTA ROGATÓRIA **687**

CAPÍTULO IX AÇÃO RESCISÓRIA **688**

1. FORMAS DE DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA 688
2. PRESSUPOSTOS PARA A RESCISÃO 688
   - 2.1. Decisão de mérito transitada em julgado 689
   - 2.2. Ocorrência de uma das hipóteses de rescindibilidade previstas no art. 966 do Novo CPC 690
   - 2.3. Obediência ao prazo decadencial de 2 anos 690
3. HIPÓTESES DE ANULAÇÃO E DE RESCISÃO EM RELAÇÃO A ATOS DE DISPOSIÇÃO DE VONTADE 691
4. LEGITIMIDADE 693
   - 4.1. Legitimidade ativa 693
   - 4.2. Legitimidade passiva 694

5. COMPETÊNCIA 694
6. HIPÓTESES DE CABIMENTO 696
6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (inc. I) 696
6.2. Impedimento ou incompetência absoluta (inc. II) 696
6.2.1. Impedimento 696
6.2.2. Incompetência absoluta 697
6.3. Dolo, coação, simulação ou colusão (inc. III) 697
6.4. Coisa julgada (inc. IV) 698
6.5. Violação manifesta à norma jurídica (inc. V) 699
6.6. Prova falsa (inc. VI) 700
6.7. Documento novo (inc. VII) 700
6.8. Erro de fato (inc. VIII) 701
6.9. Decisão de mérito inconstitucional 701
7. CASOS DE NÃO CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA 702
8. PROCEDIMENTO 702
8.1. Petição inicial 702
8.2. Depósito prévio 703
8.3. Emenda, indeferimento da petição inicial e julgamento liminar de improcedência 704
8.4. Tutelas de urgência 704
8.5. Contestação 704
8.6. Reconvenção 705
8.7. Provas 705
8.8. Intervenção do MP 705
8.9. Alegações finais 706
8.10. Sustentação oral 706
8.11. Julgamento: juízo rescindente e juízo rescisório 706
9. RECURSOS 706
10. RESCISÓRIA DE RESCISÓRIA 707

CAPÍTULO X DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) 708

1. DEFINIÇÃO E ESCOPO 708
2. CABIMENTO 709
3. COMPETÊNCIA 711
4. LEGITIMIDADE PARA O PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE 712
5. PROCESSAMENTO 712
5.1. Petição ou ofício de instauração 712

5.2. Juízo de admissibilidade 712
5.3. Suspensão dos processos no âmbito do respectivo tribunal e/ou em âmbito nacional 713
5.4. Publicidade ampla do incidente 713
5.5. Requisição de informações aos órgãos jurisdicionais vinculados ao tribunal 714
5.6. Oitiva das partes e interessados 714
5.7. Audiência pública e intervenção do *amicus curiae* 714
5.8. Intervenção do Ministério Público 714
5.9. Desistência ou abandono 714
5.10. Julgamento do incidente 715
5.11. Inaplicabilidade da técnica de julgamento de acórdãos não unânimes 715
5.12. Recursos especial e extraordinário contra o acórdão que julga o incidente 716
6. APLICABILIDADE DA TESE JURÍDICA FIRMADA NO INCIDENTE 716
7. EFEITOS DO JULGAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS PARA OUTROS PROCESSOS E INCLUSIVE PARA PROCESSOS FUTUROS 717
8. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA TESE JURÍDICA PELO PRÓPRIO TRIBUNAL 718
9. RENOVAÇÃO DO PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE 718

CAPÍTULO XI DA RECLAMAÇÃO 719

1. CONCEITO, COMPETÊNCIA, NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS 719
2. HIPÓTESES DE CABIMENTO 720
3. A NECESSÁRIA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CORRESPONDENTE 722
4. LEGITIMIDADE 722
5. PROCEDIMENTO 722
6. RECLAMAÇÃO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 724
6.1. Reclamação ao Supremo Tribunal Federal 724
6.2. Reclamação ao Superior Tribunal de Justiça 725

CAPÍTULO XII SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 726

1. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS 726
2. NATUREZA JURÍDICA E FUNDAMENTO 727
3. LEGITIMIDADE ATIVA 728
4. COMPETÊNCIA 729
5. PROCEDIMENTO 730
6. RECURSOS CONTRA A DECISÃO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E NOVO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 731
7. JULGAMENTO CONJUNTO DE PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E EXTENSÃO DA SUSPENSÃO A LIMINARES SUPERVENIENTES 732

8. EFICÁCIA TEMPORAL DA SUSPENSÃO DA SEGURANÇA 732

PARTE VII LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 735

CAPÍTULO I LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA 737

1. DEFINIÇÃO, OBJETO E SINCRETISMO 737
2. COMPETÊNCIA 737
3. LEGITIMIDADE PARA REQUERER 738
4. ESPÉCIES DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 738
   4.1. Liquidação por cálculo 738
   4.2. Liquidação por arbitramento 739
   4.3. Liquidação pelo procedimento comum 739
5. PROCEDIMENTO 740
6. FIDELIDADE AO TÍTULO 741
7. LIQUIDAÇÃO ZERO 742
8. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE LIQUIDAÇÃO 742
9. LIMITAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO NA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 743
10. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NAS AÇÕES COLETIVAS 743
   10.1. Liquidação de sentença da ação civil pública 743
   10.2. Liquidação da sentença na ação popular 745

CAPÍTULO II CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 746

1. NOÇÕES GERAIS E IMPORTÂNCIA 746
2. O SINCRETISMO PROCESSUAL 747
3. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS 747
4. COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 749
5. PROTESTO DA DECISÃO JUDICIAL 750
6. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE SENTENÇA 752
   6.1. Cumprimento provisório de sentença 752
   6.2. Cumprimento definitivo da sentença 755
7. CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA EM GERAL 755
   7.1. Petição inicial 755
   7.2. Intimação do requerido, possibilidade de pagamento e incidência de multa e honorários 756
   7.3. Impugnação ao cumprimento de sentença 757
      7.3.1. Prazo e processamento 757
      7.3.2. Hipóteses de cabimento 758

7.3.3. Efeito suspensivo 760
7.3.4. Questões supervenientes ao término do prazo de impugnação..... 761
7.3.5. Julgamento da impugnação 761
7.4. Procedimento da fase executiva, após o não cumprimento voluntário..... 761
7.5. Pagamento espontâneo pelo réu antes do início da fase de cumprimento de sentença 762
7.6. Parcelamento 763
8. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS 764
8.1. As peculiaridades da obrigação alimentar e a prisão civil como meio coercitivo para o seu cumprimento: aspectos constitucionais 764
8.2. Cumprimento provisório e definitivo, autuação e processamento 765
8.3. Competência territorial..... 766
8.4. Procedimentos para o cumprimento da sentença que fixa obrigação de prestar alimentos 766
8.4.1. Cumprimento de sentença que fixa alimentos pelo desconto em folha de pagamento..... 766
8.4.2. Execução de prestação alimentícia pelo rito da prisão 767
8.4.3. Execução de prestação alimentícia pelo procedimento de expropriação de bens 769
8.4.4. Apuração de crime de abandono material..... 770
8.4.5. Constituição de capital 770
9. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA 771
9.1. Petição inicial 773
9.2. Impugnação ao cumprimento de sentença pela Fazenda Pública 774
10. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER 774
11. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA ENTREGA DE COISA CERTA..... 776
12. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA..... 777
13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS AÇÕES COLETIVAS 777

PARTE VIII EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL 779

1. NOÇÕES GERAIS..... 779
2. A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL NO NOVO CPC ... 779
3. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO..... 780
3.1. Princípio do título 780
3.2. Princípio da autonomia 781

3.3. Princípio da responsabilidade patrimonial 781
3.4. Princípio do resultado 782
3.5. Princípio da disponibilidade 783
3.6. Princípio da adequação 784
3.7. Princípio da menor onerosidade 784
4. OS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS 784
5. ATRIBUTOS DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL 787
5.1. Exceção do contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*) 788
6. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL 789
6.1. Responsabilidade patrimonial secundária 789
6.2. Exercício do benefício de ordem do fiador 789
6.3. Exercício do benefício de ordem pelo sócio na dívida da sociedade 790
6.4. Limitação à responsabilidade patrimonial dos herdeiros 791
7. FRAUDE À EXECUÇÃO 792
7.1. Diferenças entre fraude à execução e fraude contra credores 794
8. PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) 795
9. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL 796
9.1. Aplicação subsidiária aos demais tipos de execução e cumprimento de sentença 796
9.2. Poderes judiciais de condução do processo 796
9.3. Atos atentatórios à dignidade da justiça 797
9.4. Desistência da execução 798
9.5. Responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao executado no caso de execução infundada 798
10. COMPETÊNCIA 799
10.1. Atos executivos a serem cumpridos em outra comarca ou circunscrição 800
11. PARTES 800
11.1. Exequente 800
11.2. Executado 801
12. PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS GERAIS PARA TODAS AS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL 802
13. TUTELAS DE URGÊNCIA 803
14. POSSIBILIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (FACULTATIVA) 803
15. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL 803
16. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA 804

16.1. Execução de título executivo extrajudicial de obrigações de entrega de coisa certa ... 804
16.2. Execução de título executivo extrajudicial de obrigações de entrega de coisa incerta ... 805
17. DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL QUE CONTENHA OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER ... 805
17.1. A possibilidade de opção entre a execução de título executivo extrajudicial e a ação de conhecimento ... 806
17.2. Procedimento da execução de obrigação de fazer fundada em título executivo extrajudicial ... 806
17.3. Procedimento da execução de obrigação de não fazer fundada em título executivo extrajudicial ... 808
18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA EM GERAL ... 808
18.1. Procedimento ... 809
18.2. Petição inicial ... 809
18.3. Possibilidade de medidas cautelares ... 809
18.4. Averbação da execução ... 809
18.5. Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes ... 811
18.6. Recebimento da petição inicial e citação do devedor ... 811
18.7. Arresto executivo ... 814
18.8. Parcelamento da dívida ... 814
18.9. Penhora ... 816
18.9.1. Objeto da penhora ... 816
18.9.2. Bens impenhoráveis ... 816
18.9.2.1. Bem de família ... 816
18.9.2.2. Bens impenhoráveis de acordo com o Novo CPC ... 818
18.9.2.3. Procedimento no caso de bens impenhoráveis ... 820
18.9.3. Ordem de preferência de penhora ... 820
18.9.4. Cancelamento da penhora por inefetividade da expropriação ... 822
18.9.5. Documentação e registro da penhora ... 822
18.9.6. Do depósito ... 823
18.9.7. Intimação do executado, do seu cônjuge e do coproprietário acerca da penhora ... 824
18.9.8. Penhora e alienação de imóvel quando há meação do cônjuge ou quota-parte do coproprietário: direito sobre o produto da alienação do bem 825
18.9.9. Formas de realização da penhora ... 825
18.9.10. Averbação da penhora no registro competente ... 826
18.9.11. Penhora sobre bens e direitos específicos ... 826
18.10. Da avaliação ... 826

18.11. Expropriação de bens: adjudicação e alienação 827
18.11.1. Da adjudicação 827
18.11.2. Da alienação 828
18.11.3. Alienação antecipada de bens penhorados 829
18.12. Da satisfação do crédito pela entrega do dinheiro ou adjudicação de bens penhorados 829
19. DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 829
20. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL QUE CONTENHA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR 830
21. EMBARGOS À EXECUÇÃO 830
21.1. Definição e objeto 830
21.2. Legitimidade para os embargos 831
21.3. Prazo 831
21.4. Desnecessidade de garantia do juízo 832
21.5. Efeito suspensivo 832
21.6. Hipóteses de cabimento 833
21.7. Procedimento dos embargos 834
21.8. Embargos à execução por carta precatória 836
22. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE 836
23. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO 837
24. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO 840
25. RECURSOS 841

PARTE IX PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 843

CAPÍTULO I AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 845

1. INTRODUÇÃO 845
2. HIPÓTESES DE CABIMENTO 845
3. LEGITIMIDADE 846
4. COMPETÊNCIA 846
5. ESPÉCIES DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 846
5.1. Consignação em pagamento mediante depósito em estabelecimento bancário – extrajudicial 846
5.2. Ação de consignação em pagamento mediante depósito judicial 847
6. SINOPSE 849

CAPÍTULO II AÇÃO DE EXIGIR DE CONTAS 850

1. INTRODUÇÃO 850

2. PROCEDIMENTO 850
3. SENTENÇA 852
4. QUESTÕES POLÊMICAS 852

CAPÍTULO III AÇÕES POSSESSÓRIAS 854

1. INTRODUÇÃO 854
2. ESPÉCIES 854
   2.1. Ação de reintegração de posse 854
   2.2. Ação de manutenção de posse 854
   2.3. Interdito proibitório 855
3. AÇÃO POSSESSÓRIA E AÇÃO PETITÓRIA 855
4. FUNGIBILIDADE ENTRE AS AÇÕES POSSESSÓRIAS 855
5. COMPETÊNCIA 856
6. LEGITIMIDADE ATIVA 856
7. LEGITIMIDADE PASSIVA 857
8. PARTICIPAÇÃO DO CÔNJUGE NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS 857
9. PROCEDIMENTO 858
   9.1. Ação de força velha e ação de força nova 858
   9.2. Petição inicial 858
   9.3. Medida liminar, audiência de justificação ou de mediação 858
   9.4. Contestação: o caráter dúplice das ações possessórias 859
   9.5. Instrução processual 859
   9.6. Sentença 860
10. QUESTÕES POLÊMICAS 860

CAPÍTULO IV DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES 862

CAPÍTULO V EMBARGOS DE TERCEIRO 863

1. CABIMENTO E OBJETO 863
2. NATUREZA JURÍDICA 864
3. COMPETÊNCIA 864
4. LEGITIMIDADE 865
5. PRAZO 866
6. PROCEDIMENTO 866

CAPÍTULO VI OPOSIÇÃO 868

1. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA 868

2. PRAZO PARA A OPOSIÇÃO 868
3. PROCEDIMENTO 869
4. EFEITOS DA NÃO PROPOSITURA DA OPOSIÇÃO ATÉ A SENTENÇA DA AÇÃO ORIGINÁRIA 869

CAPÍTULO VII AÇÃO DE USUCAPIÃO 871

1. INTRODUÇÃO 871
2. PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL 872
   2.1. Procedimento extrajudicial de usucapião 872
   2.2. Procedimento judicial para o reconhecimento de usucapião 873

CAPÍTULO VIII AÇÕES DE FAMÍLIA 875

1. INTRODUÇÃO 875
2. PROCEDIMENTO 875
3. AÇÕES SOBRE DIREITO DE FAMÍLIA CUJO RITO É PREVISTO EM LEIS ESPECIAIS 877

CAPÍTULO IX AÇÃO MONITÓRIA 879

1. OBJETO, REQUISITO E CABIMENTO 879
2. PROCEDIMENTO 882

CAPÍTULO X PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 886

1. DISPOSIÇÕES GERAIS 886
2. PEDIDOS PROCESSADOS PELO PROCEDIMENTO DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 887
3. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES 888
   3.1. Protesto judicial 888
   3.2. Notificação 888
   3.3. Interpelação 888
   3.4. Procedimento 889

PARTE X JUIZADOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO 891

CAPÍTULO I OS JUIZADOS ESPECIAIS 893

1. NOÇÕES GERAIS 893
2. PERFIL DAS DEMANDAS E DOS JURISDICIONADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS 894

CAPÍTULO II PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO 896

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO 896
1.1. Princípio da oralidade 897
1.2. Princípio da simplicidade 898
1.3. Princípio da informalidade 898
1.4. Princípio da economia processual 899
1.5. Princípio da celeridade 899
1.6. Princípio da gratuidade 900
2. A TENSÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA INFORMALIDADE, DA GRATUIDADE, DO ACESSO À JUSTIÇA E DA INDISPENSABILIDADE DE ADVOGADO 900
3. OS JUIZADOS E O NOVO CPC 901
4. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS: CABIMENTO DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO 901
4.1. Competência em razão do valor nos JEC Estaduais 902
4.2. Competência em razão da matéria (nos JEC Estaduais) 903
4.3. Competência funcional 904
4.4. Hipóteses de não cabimento 905
4.5. Especificidades da competência territorial nos Juizados 905
4.6. Competência dos Juizados: a questão da obrigatoriedade/não obrigatoriedade 906
4.7. Incompetência – consequência processual 907
4.8. Competência para julgar o conflito de competência 907
5. CAPACIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS 908
5.1. Capacidade de ser parte nos Juizados 908
5.1.1. Capacidade de ser parte em geral 908
5.1.1.1. Representação das pessoas jurídicas 908
5.1.2. Capacidade de ser autor 908
5.2. Capacidade postulatória 909
6. PROCEDIMENTO 909
6.1. Esquema do procedimento 909
6.2. Prazos 910
6.3. Negócios processuais 911
6.4. Petição inicial 911
6.5. Julgamento liminar de improcedência 912
6.5.1. Possibilidade de o juiz decidir de ofício, sem prévia manifestação das partes 912
6.6. Citações e intimações 913
6.7. Tutelas de urgência e da evidência 913
6.8. Audiência(s) 914
6.8.1. Audiência de conciliação 914

6.8.2. Audiência de instrução e julgamento 915
6.8.2.1. Oitiva de partes e testemunhas 916
6.8.2.2. Inquirição de técnicos e inspeção judicial 917
6.8.2.3. Ausência de alegações finais ou memoriais 917
6.8.2.4. Da atuação do juiz leigo 918
6.9. Respostas do réu: contestação, exceções de impedimento e suspeição e pedido contraposto 918
6.10. Revelia 919
6.11. Conexão e continência 920
6.12. Intervenção de terceiros 920
6.12.1. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica 920
6.13. Ministério Público 921
6.14. Perícias 921
6.15. Sentença 922
6.15.1. Extinção do processo sem resolução de mérito 923
6.16. Recursos e impugnações às decisões 923
6.16.1. O duplo grau de jurisdição, as custas processuais e a necessidade de advogado 924
6.16.2. Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias 924
6.16.3. Embargos de declaração 925
6.16.4. Recurso contra a sentença 926
6.16.5. Aplicação da Teoria da Causa Madura 929
6.16.6. Agravo interno 929
6.16.7. Turma Recursal 930
6.16.8. Inaplicabilidade da técnica de julgamento contra acórdão não unânime 931
6.16.9. Recurso adesivo: não cabimento 931
6.16.10. Recurso ordinário – inadmissibilidade 931
6.16.11. Competência originária da Turma Recursal 931
6.16.12. Recurso extraordinário 932
6.16.13. Recurso especial e Juizado Especial 933
6.16.14. Incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos especial e extraordinários repetitivos e Juizados Especiais 933
6.16.15. Juizados Especiais e rescisória 935
7. A FASE DE EXECUÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL 935
8. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS 936
9. JUIZADOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 937

CAPÍTULO III JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS DE FAZENDA PÚBLICA 938

1. INTRODUÇÃO E NOÇÕES GERAIS 938

2. NORMAS PROCESSUAIS APLICÁVEIS 938
3. COMPETÊNCIA 938
4. TUTELAS DE URGÊNCIA 939
5. CAPACIDADE DE SER PARTE 939
6. INEXISTÊNCIA DE PRERROGATIVAS DE PRAZO 940
7. RECURSO CONTRA SENTENÇA E RECURSO CONTRA DECISÃO QUE APRECIA TUTELA DE URGÊNCIA 940
8. INEXISTÊNCIA DE REEXAME NECESSÁRIO 941
9. CUMPRIMENTO DE DECISÃO OU SENTENÇA 941
10. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA 942
11. SEMELHANÇA COM OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 942

CAPÍTULO IV JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS 943

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS 943
2. NORMAS PROCESSUAIS APLICÁVEIS 943
3. COMPETÊNCIA 943
4. TUTELAS DE URGÊNCIA 945
5. CAPACIDADE DE SER PARTE 945
6. PEDIDO CONTRAPOSTO 946
7. INEXISTÊNCIA DE PRERROGATIVAS DE PRAZO 946
8. RECURSOS CONTRA SENTENÇA E CONTRA DECISÃO SOBRE TUTELA DE URGÊNCIA 946
9. INEXISTÊNCIA DE REEXAME NECESSÁRIO 946
10. CUMPRIMENTO DE DECISÃO OU SENTENÇA 947
11. TURMAS RECURSAIS 947
12. TURMAS REGIONAIS E NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 948

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 949